

As Mãos Limpas

A indignação popular com a impunidade dos que traficam influência e participam do festival de roubalheira na administração pública precisa ter uma resposta rápida das instituições responsáveis pelo destino do país. Ou o Brasil consegue dar um basta agora em tudo isso, ou se desacreditará perante os seus cidadãos e o mundo.

Nesse sentido, a reunião de ontem no Palácio do Planalto entre o presidente Itamar Franco, os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Inocêncio de Oliveira e senador Humberto Lucena, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Luiz Galotti, o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Carlos Átila, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, os líderes do governo na Câmara e do Senado, pode marcar a reação institucional coletiva à corrupção e à impunidade no país, com efeito idêntico ao da "Operação Mãos Limpas", que moralizou os costumes políticos e empresariais da Itália.

Em boa hora, os poderes responsáveis da República entenderam a gravidade da perda de credibilidade das instituições do país. Nenhuma nação consegue se afirmar democraticamente se existe desconfiança em relação à capacidade dos poderes do Estado em atuarem como árbitro nas demandas entre os diversos segmentos da sociedade. Um Estado que não é capaz de coibir o roubo e a corrupção com o dinheiro arrecadado ao público não tem autoridade nem isenção moral para cobrar impostos ou pedir mais sacrifícios à sociedade, sob a forma de um ajuste fiscal, por exemplo. Isso explica a anarquia brasileira do completo desrespeito às leis — das normas do trânsito ao recolhimento de impostos.

A reunião no Palácio do Planalto é encorajadora, por revelar uma nova atitude do país em reação à impunidade que se esconde por trás da imunidade política para praticar toda a sorte de atos ilícitos, num flagrante desrespeito à ética que é um dos pilares da política. Ela é tanto mais importante porque o encontro dos poderes responsáveis da República Federativa do Brasil foi precedido de gestões entre representantes do Legislativo e do Judiciário, com a participação do procurador-geral da República e do presidente do TCU, o órgão que fiscaliza a prestação de contas das administrações públicas no país.

Não deixa de ser frustrante, porém, verificar que as medidas propostas para coibir a corrupção

e a convivência com o desvio e a má gestão dos recursos públicos há muito estão previstas na legislação, como é o caso da Lei 8.429 (de junho de 1992), que amplia a legislação anticorrupção (a chamada Lei Bilac Pinto, de 1958) e regulamenta o artigo 37, parágrafo 4º da Constituição, que prevê duras punições para agentes públicos corruptos.

Pela ordem, as punições são: suspensão dos direitos políticos, perda da função pública e indisponibilidade dos bens e ressarcimento dos danos ao Tesouro público. Os delitos passíveis de punição são: enriquecimento ilícito, atos de improbidade que causem prejuízo ao Erário e atos que infrinjam a legalidade e a moralidade administrativa, todas com as várias hipóteses de tipificação do crime.

A pena de suspensão de direitos políticos por um mínimo de oito e um máximo de 10 anos — que agora se anuncia para ser aplicada aos corruptos — já estava prevista na legislação. E, se já havia lei — e nada era aplicado para punir os corruptos —, é sinal de que grassava no país a convivência tácita com a corrupção.

O espírito corporativo ajudava a abafar as falcatruas que assinaladas no Executivo, no serviço público, nas empresas estatais, no Congresso, nas administrações estaduais e municipais e mesmo no âmbito do Judiciário. As comissões de inquérito, quando chegam a alguma conclusão, raramente conseguem recuperar o dinheiro público e punir os culpados. Uma das poucas exceções foi o caso da quadrilha de advogados e juizes que fraudava a Previdência Social e acabou condenada pela Justiça do Rio de Janeiro. Mas o próprio Congresso está cheio de processos inconclusos contra deputados e senadores.

Para o cidadão comum, a reação de aparente surpresa que alguns integrantes do Congresso exibem diante da revelação das falcatruas de seus colegas é desconcertante e gera perplexidade. Daí a indignação popular com o Congresso e os políticos como um todo. Será que só os políticos não sabiam aquilo que a intuição popular há muito desconfiava?

A sociedade aguarda agora que os poderes responsáveis se dediquem a extirpar tudo que ameaça a credibilidade da democracia e dos mecanismos de representação popular e de proteção do Estado contra a corrupção. A reunião de ontem foi a primeira resposta.